

Tema	Turma	Data - Hora		Unidades envolvidas
ANÁLISE GERAL DO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2025	1	10/03/2025 - 14h - 16h		SEGE
GOVERNANÇA	2	21/03/2025 - 14h - 16h	<p>Art. 9º, V - Centro de Inteligência, Resolução CNJ nº 349/2020.</p> <p>Art. 9º, XXI - Ações voltadas à aposentadoria de magistrados(as), Resolução CNJ nº 526/2023.</p> <p>Art. 9º, XVI - Implantar Núcleos de Cooperação Judiciária, Resolução CNJ nº 350/2020.</p> <p>Art. 9º, I - Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição, Resolução CNJ nº 219/2016 e Resolução CNJ nº 195/2014.</p> <p>Art. 9º, XVII - Capacitação de magistrados(as), Res. CNJ nº 492/2023, Res. CNJ nº 159/2012, Rec. CNJ nº 79/2020 e Rec. CNJ nº 33/2010.</p> <p>Art. 9º, II - Gestão Participativa na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário, Resolução CNJ nº 221/2016 e Portaria CNJ nº 114/2016.</p> <p>Art. 9º, XV - Instituir a Política de Gestão da Inovação, Resolução CNJ nº 395/2021.</p>	SEJPAC, SEDP, NÚCLEO DE COOPERAÇÃO, ASEO, SEJ / FORMAG, SEGE, EPP, DIPIN
	3	11/03/2025 - 14h - 16h	<p>3 – O registro das competências e responsabilidades do órgão?</p> <p>4 – Estrutura organizacional, demonstrada de forma textual ou gráfica, que apresente claramente a relação hierárquica entre as unidades?</p> <p>8 – O sítio eletrônico dispõe de mecanismo que possibilite o acompanhamento dos respectivos procedimentos e processos administrativos instaurados que não se enquadrem nas hipóteses de sigilo?</p> <p>42 – A íntegra dos ‘Estudos Técnicos Preliminares da Contratação’, desde que não tenham sido considerados sigilosos?</p> <p>43 – A íntegra do Mapa Comparativo de Preços, documento que contém a informação conclusiva sobre o valor estimado da Licitação, Dispensa de Licitação ou Inexigibilidade de Licitação, desde que não tenha sido considerado sigiloso?</p> <p>44 – A íntegra dos editais de licitação com os respectivos anexos (o anexo do edital inclui projeto básico ou termo de referência, minuta da ata de registro de preços, quando for o caso, e minuta de contrato)?</p> <p>45 – A íntegra dos pedidos de esclarecimento apresentados entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?</p> <p>46 – A íntegra das impugnações apresentadas entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?</p> <p>47 – O nome do vencedor da licitação?</p> <p>48 – A íntegra dos contratos firmados?</p> <p>49 – A íntegra dos instrumentos que substituem o contrato?</p> <p>50 – A íntegra dos Termos Aditivos assinados?</p> <p>51 – A íntegra do Projeto Básico, Termo de Referência e documento similar, desde que não tenha sido considerado sigiloso?</p> <p>52 – A íntegra da autorização da dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que não tenha sido considerada sigilosa?</p> <p>53 – A íntegra dos instrumentos de cooperação (convênios, termos de cooperação, de compromisso, protocolo de intenções, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres) vigentes, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?</p> <p>66 – O Anexo VI da Resolução CNJ no 102/2009 (relação completa dos(as) empregados(as) de empresas contratadas, em exercício nos órgãos)?</p>	DG, DADM, SELC, SFIC, SEGEST, SEAUD, SEGE, NUCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

4	13/03/2025 - 14h - 16h	<p>71 – Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do(a) favorecido(a), além de data, destino, motivo da viagem e valor das diárias pagas e dos bilhetes emitidos?</p> <p>80 – O Plano de Logística Sustentável (PLS)?</p> <p>81 – Os planos de ação do PLS?</p> <p>82 – O Relatório anual de desempenho do PLS?</p> <p>83 – A composição e o contato da Comissão Gestora do PLS?</p> <p>85– O órgão disponibiliza o planejamento das ações de acessibilidade?</p> <p>86 – O órgão apresenta relatório anual de ações de acessibilidade?</p> <p>34 – Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira, na forma do Anexo I da Resolução CNJ no 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)</p> <p>35 – Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira, na forma do Anexo II da Resolução CNJ no 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)</p> <p>36 – A íntegra do quadro de detalhamento da despesa da Proposta Orçamentária com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição? (Não se aplica a TRES, TSE, STJ, TST, CSJT, CNJ e CJF)</p> <p>37 – A íntegra do quadro de detalhamento da despesa da Lei Orçamentária com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição?? (Não se aplica a TRES, TSE, STJ, TST, CSJT, CNJ e CJF)</p> <p>38– O Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas por grau de jurisdição? (Não se aplica a TRES, TSE, CSJT, CJF, CNJ, STJ e TST)</p> <p>39 – O 'Relatório de Gestão Fiscal'? (Não se aplica ao CSJT)</p> <p>41 – A relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?</p>	DG, SSI, SEGEST, DOF, SEAUD, SEGE
5	14/03/2025 - 14h - 16h	<p>16 – O campo denominado 'Serviço de Informações ao Cidadão' na página inicial?</p> <p>17 – O sítio eletrônico tem uma dimensão denominada "Carta de Serviços ao Cidadão"?</p> <p>18 – Há indicação do órgão ou unidade orgânica responsável pelo SIC?</p> <p>19 – Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) a que o cidadão possa entregar pessoalmente o pedido de acesso a informações?</p> <p>20 – Existe indicação precisa no sítio eletrônico de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) no qual o cidadão possa enviar pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?</p> <p>21 – O sítio eletrônico indica a possibilidade de acompanhamento posterior do pedido de acesso à informação?</p> <p>22 – O tribunal informa a possibilidade de interposição de recurso contra o indeferimento de pedido de acesso à informação ou às razões da negativa do acesso, com indicação de prazo, condições para interposição e autoridade competente para sua apreciação?</p> <p>23 – As Respostas as Perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)?</p> <p>24 – Relatório estatístico anual contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?</p> <p>25 – Link de acesso aos principais serviços de atendimento ao usuário?(PJE, Balcão Virtual, Primeiro Atendimento/Juizados Especiais)</p> <p>26 – O sítio eletrônico disponibiliza página da Ouvidoria, que permita o registro de denúncias, reclamações e outros tipos de manifestação?</p> <p>27 – O sítio eletrônico indica a possibilidade de acompanhamento de manifestações registradas na Ouvidoria?</p> <p>28 – O sítio eletrônico disponibiliza avaliação do serviço prestado pela Ouvidoria?</p>	SEOUV, SEAUD, SEGE

6	12/03/2025 - 14h - 16h	<p>54 – O Anexo III-a da Resolução CNJ no 102/2009 (estrutura remuneratória dos cargos efetivos)?</p> <p>55 – O Anexo III-b da Resolução CNJ no 102/2009 (estrutura remuneratória dos cargos em comissão e das funções de confiança)?</p> <p>56 – O Anexo III-c da Resolução CNJ no 102/2009 (estrutura remuneratória de membros da magistratura)?</p> <p>57 – Alínea “a” (cargos efetivos do quadro de pessoal do órgão)</p> <p>58 – Alínea “b” (cargos em comissão e funções de confiança do quadro de pessoal do órgão)</p> <p>59 – Alínea “c” (origem funcional dos (as) ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança)</p> <p>60 – Alínea “d” (situação funcional dos (as) servidores (as) ativos (as) do quadro de pessoal do órgão)</p> <p>64 – Alínea “h” (quantitativos de beneficiários(as) e dependentes de benefícios assistenciais)</p> <p>65 – O Anexo V da Resolução CNJ no 102/2009 (divulgação da relação completa de membros da magistratura e demais agentes públicos, efetivos(as) ou não)?</p> <p>67 – O Anexo VII da Resolução CNJ no 102/2009 (divulgação da relação completa de servidores(as) e ou empregados(as) não integrantes do quadro próprio, em exercício no órgão mediante requisição, cessão, exercício temporário ou qualquer outra forma, excluídos(as) os (as) ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança)?</p> <p>68 – A Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), na qual constem todas as unidades administrativas e judiciárias, com identificação nominal dos (as) servidores(as), cargos efetivos, cargos em comissão e funções ocupadas?</p> <p>69 – A relação de membros e servidores (as) que se encontram afastados(as) para o exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública?</p> <p>70 – A remuneração e os proventos de membros, servidores (as), ativo (a), aposentado(a), pensionista e colaboradores(as)?</p> <p>72 – O tribunal divulga os nomes dos(as) servidores(as) que atuam no regime de teletrabalho, com atualização mínima semestral?</p> <p>29 – O órgão publica o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC vigente?</p> <p>30 – O órgão publica o Plano de Contratações de Soluções de TIC vigente?</p> <p>31 – O órgão possui Painel visual de informações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação, que permita ao usuário filtrar, consultar e até extrair dados públicos?</p> <p>32 – O sítio eletrônico institucional possibilita a extração de relatórios em diversos formatos eletrônicos, preferencialmente abertos, e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV, RTF), de modo a facilitar a análise das informações?</p> <p>33 – O sítio eletrônico institucional possibilita o acesso automatizado por sistemas externos (ex: webservices ou api’s) em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina?</p> <p>87 – O sítio eletrônico institucional permite o acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência, em atendimento ao estabelecido pela Resolução CNJ nº 215/2015 (Art. 6º, § 4º, VIII) e em aderência ao Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG)?</p> <p>12 – O sítio eletrônico transmite ao vivo, pela internet, as sessões dos órgãos colegiados?</p> <p>13 – O órgão publica os vídeos das sessões dos colegiados?</p> <p>15 – Telefone das unidades e horários de atendimento?</p> <p>84 – O órgão utiliza intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) em manifestações públicas?</p> <p>61 – Alínea “e” (cargos de magistrados(as) do quadro de pessoal do órgão) (Não se aplica a TRE’s e TSE)</p> <p>62 – Alínea “f” (situação funcional dos(as) magistrados(as) ativos(as) do quadro de pessoal do órgão) (Não se aplica a TRE’s e TSE)</p> <p>63 – Alínea “g” (magistrados(as) não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão)</p> <p>73 – O tribunal divulga no sítio eletrônico a relação dos(as) profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos? (Não se aplica ao STM, CNJ, CJF, CSJT, STJ, TSE, TST e TRE’s).</p> <p>40 – O mapa anual dos precatórios? (Não se aplica a TREs, STM, TSE, CJF, CSJT, CNJ e TST)</p> <p>1 – Planejamento Estratégico Institucional publicado evidenciando objetivos estratégicos, metas e indicadores de desempenho?</p> <p>2 – Os resultados do Planejamento Estratégico Institucional alcançados pelo órgão?</p> <p><b>5 – Os atos normativos expedidos pelo órgão?</b></p> <p>6 – Os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos?</p> <p>7 - Há campo/espaco Estatística na página principal do órgão, com vistas a reunir, no mínimo, os dados das metas, despesas e dados orçamentários, de recursos humanos e de remuneração, além do Painel de Estatísticas do DataJud, conforme conteúdo mínimo definido na Portaria Presidência nº 119/2021 e as informações relacionadas no art. 7º do referido normativo?</p> <p>14 – Resultados e atas das reuniões das comissões?</p> <p>74 – Prestações de contas do ano anterior?</p> <p>75 – Publicação da decisão quanto à regularidade das contas proferida pelo Órgão de Controle Externo?</p> <p>76 – Certificado de Auditoria contendo o Parecer do Órgão de Controle Interno (órgãos federais) e demais exigências da legislação de prestação de contas (órgãos estaduais)?</p> <p>77 – Plano Anual de Auditoria (PAA)?</p> <p>78 – Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC-Aud)?</p> <p>79 – Relatório Anual das Atividades Exercidas?</p> <p>9 – As audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de participação popular?</p>	<p>DJ, DGP, SEGOV, DTIC, SECOM, SEGP, SECOR, SEPREC, SEAUD, SEGE, DIESTAD, EPP/DIPIN, <b>SEDOC</b> (item 5)</p>
---	------------------------	--	---

PRODUTIVIDADE	7	02/04/2025 - 14h - 16h	Art. 10, I - Alcançar os melhores índices no IPC-Jus. Art. 10, II - Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida. Art. 10, III - Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos. Art. 10, IV - Índices de Conciliação e de Composição de Conflitos.	DJ, SECOR, APOIO JUDICIÁRIO, NUPEMEC, CEJUSC, SECPJE, SEGE
	8	04/04/2025 - 14h - 16h	Art. 10, V - Metas Nacionais. Art. 10, VI - Julgar ou baixar os processos mais antigos. Art. 10, XII - Julgamento de IRDR ou IAC, Resolução CNJ nº 444/2022 e Portaria CNJ nº 116/2022. Art. 10, XIII - Unidades judiciárias com IAD acima de 100%.	
DADOS E TECNOLOGIA	9	07/04/2025 - 14h - 16h	Art. 12, II - Módulo de Produtividade Mensal (MPM). Art. 12, I - DataJud, Resolução CNJ nº 331/2020. Art. 12, III - Saneamento do DataJud por Unidade Judiciária, Resolução CNJ nº 331/2020. Art. 12, IV - Tramitar as ações judiciais de forma eletrônica.	SEGOV, SEGP, DJ, DTIC, SECPJE, SEGE, DIESTAD
	10	09/04/2025 - 14h - 16h	Art. 12, VIII - Implantar Pontos de Inclusão Digital (PID), Resolução CNJ nº 508/2023. Art. 12, V - Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura em Tecnologia da Informação (iGov-TIC-JUD), Resolução CNJ nº 370/2021 Art. 12, VI - Utilizar a integração com a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), Resolução CNJ nº 335/2020. Art. 12, VII - Implantar a Plataforma CodexResolução CNJ nº 446/2022. Art. 12, X - Implantar o Domicílio Judicial Eletrônico Resolução CNJ nº 455/2022. Art. 12, XI - Implantar o Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN Resolução CNJ nº 455/2022	NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA, DJ, DTIC, SECPJE, SEGE, DIESTAD
GOVERNANÇA	11	05/05/2025 - 14h - 16h	Art. 9º, XX - Redução das desigualdades e inclusão social no mercado de trabalho de mulheres integrantes de grupos vulneráveis, Res. CNJ nº 497/2023. Art. 9º, III - Socioambiental, Resolução CNJ nº 400/2021. Art. 9º, XIV - Acessibilidade e Inclusão, Resolução CNJ nº 401/2021 Recomendação CNJ nº 144/2023. Art. 9º, VI - Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, Resolução CNJ nº 351/2020. Art. 9º, VII - Gestão de Memória e Gestão Documental, Resolução CNJ nº 324/2020.	SEGEST, SSI, SEJ/FORMAG, SECOM, COMITÊ DE ÉTICA E INTEGRIDADE, SEDOC, SEGE
	12	07/05/2025 - 14h - 16h	Art. 9º, XII - Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, Resolução CNJ nº 255/2018. Art. 9º, XXVI - Iper Resolução CNJ nº 519/2023 e Portaria CNJ nº 42/2024. Art. 9º, XXII - Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher praticada em Face de Magistradas e Servidoras, Recomendação CNJ nº 102/2021.	NAPI, SINPI, SECOM, SEGE
FASE DE ENVIO DE INFORMAÇÕES	13	04/08/2025 - 14h - 17h		SEGE
FASE DE ELABORAÇÃO DE RECURSOS	14	04/09/2025 - 14h - 17h		SEGE